

A GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA COMO MOTOR PARA O DESENVOLVIMENTO

Eva Maria Cella Dal Chiavon

Secretária Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego

O desenvolvimento com inclusão social constitui a estratégia central do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Partindo dessa estratégia, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vem construindo suas ações e políticas tendo como princípio básico que a melhor política de inclusão social é pela via do trabalho.

É inegável que 2003 representa um momento de transição para o alcance dessa estratégia. As políticas macroeconômicas, necessárias para evitar o descontrole inflacionário e reverter expectativas desfavoráveis quanto ao desempenho econômico do país, criaram dificuldades para a geração de trabalho, emprego e renda. Neste último trimestre, no entanto, os indicadores econômicos apontam a reversão desse cenário, com futuros impactos positivos sobre o nível de emprego e renda.

Ademais, 2003 foi também o momento de construção do Plano Plurianual (PPA) para o período 2004 – 2007. Por meio de um processo participativo, foram acordadas as condições e metas que deverão propiciar o alcance do desenvolvimento com inclusão social. Considerou-se que a aceleração do ritmo de expansão da capacidade produtiva decorre de políticas de incentivo ao investimento, aumento da produtividade e expansão do mercado interno. Logo, para relançar o país na rota do crescimento, as ações do governo devem buscar a ampliação das exportações, incorporação de tecnologia e redução das desigualdades, mediante estímulos às inversões, tanto das grandes empresas como das médias, fomentando ainda a multiplicação e o fortalecimento dos micro e pequenos empreendimentos, em arranjos produtivos virtuosos.

Buscar o crescimento sustentável com trabalho, democratização do acesso ao crédito e inclusão social e fomentar a economia solidária, visando à viabilização da autonomia e da capacidade empreendedora para o provimento de uma existência digna, são ações que demandarão um esforço concertado que permitirão potencializar a transversalidade que caracteriza a atual gestão das ações de governo. No tocante aos setores de atividade, o esforço está sendo direcionado para a expansão da produção dos setores industrial e de serviços, da produção agrícola e fortalecimento da agricultura familiar e do empreendedor popular e, também, para os investimentos em infra-estrutura, especialmente obras de expansão e recuperação da infra-estrutura social (morádias, redes de esgoto, escolas, hospitais, transportes, entre outras).

Os investimentos públicos e o estímulo aos investimentos privados nas áreas de infraestrutura social, ao lado de contribuir estrategicamente para o crescimento da economia, constituem requisitos essenciais ao desenvolvimento econômico sob critérios de equidade e se traduzem em uma das fontes mais relevantes para a geração de novos empregos.¹ Nesse aspecto, a utilização dos recursos dos fundos públicos, como o FGTS e o FAT, representa um importante arsenal para viabilizar o financiamento com recursos disponíveis internamente, sem onerar as contas externas. Ademais, obras em infra-estrutura permitem dar respostas rápidas e abrangentes, considerando a decisão do gasto público e o impacto sobre o nível de absorção de mão-de-obra, notadamente a de baixa qualificação.

Em paralelo e de forma consistente com a construção dessa nova proposta de PPA, o MTE vem buscando reconstruir seu padrão de atuação, articulando iniciativas, construindo novos mecanismos de apoio aos trabalhadores e aprimorando os existentes. Esse esforço envolve as seguintes linhas de ação:

- extensão do crédito com recursos do FAT para o fomento à infra-estrutura e à produção em setores com elevado potencial de geração de empregos, com vistas à melhoria da competitividade do país e das condições de vida dos trabalhadores;
- ampliação das linhas de crédito do FAT para o atendimento da demanda de empreendedores para compra de equipamentos e capital de giro, inclusive estabelecendo novos parâmetros para atuação dos agentes financeiros;
- disponibilização de recursos do FAT para o estímulo à retomada e ampliação da produção em setores importantes;
- consolidação do Sistema Público de Emprego, buscando articular as políticas de geração de trabalho, emprego e renda;
- estímulo às ações com foco na territorialidade, que revelem interface com as prioridades estabelecidas para as políticas do MTE;
- apoio ao associativismo, com base nos fundamentos da economia solidária e na articulação das medidas de governo afins;
- promoção do diálogo social, visando à constituição de mecanismos para a solução democrática dos conflitos;
- promoção da garantia dos direitos fundamentais no trabalho e das condições de segurança e saúde, inclusive pela via da articulação com outros ministérios que executam essas políticas;
- articulação das políticas de desenvolvimento centradas na geração de emprego, trabalho e renda com a agenda internacional na área de trabalho, em especial com a Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT), cujos pilares consistem na integração das dimensões econômica e sociolaboral das políticas nacionais e regionais e na promoção do trabalho decente, como instrumento efetivo de melhoria das condições de vida das populações e de sua maior participação nos frutos do progresso econômico;
- transparência nas ações, com efetiva participação dos movimentos sociais na discussão das políticas públicas sob articulação do MTE.

1. Ver *Caderno Temático do Programa de Governo: Mais e Melhores Empregos — 2002*.

Um extenso rol de medidas foi implementado segundo essas definições estratégicas, as quais podem ser elencadas como importantes realizações ao longo desse primeiro ano de gestão do ministro Jaques Wagner. Há que se destacar que todos os programas previstos no Plano de Ação 2003 tomaram forma, a começar pelo Programa Primeiro Emprego, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), o Fórum Nacional do Trabalho, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e a autorização de novas linhas de créditos para os programas de geração de emprego e renda do FAT. Ademais, intensificou-se a luta pela erradicação do trabalho escravo e do trabalho realizado por crianças, além do aumento da fiscalização do trabalho.

Especificamente,² a meta para 2003 do Programa de Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda, de 220 mil operações de crédito, foi superada com grande folga: de janeiro a setembro foram realizadas 675 mil operações de crédito em 10 linhas de financiamento executadas pelos bancos oficiais de crédito, atingindo cerca de R\$ 4 bilhões. Em julho, foram aprovados pelo Codefat R\$ 5,3 bilhões para atender às novas medidas que ampliam o escopo das ações até então contempladas e convergem para o estímulo ao modelo de crescimento proposto pelo governo. Dentre elas, as novas linhas autorizadas para financiar a chamada “linha branca” de eletrodomésticos para a população de baixa renda (R\$ 200 milhões), além dos repasses de R\$ 400 milhões para o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para financiamento de material de construção. Já o Conselho Curador do FGTS aprovou para 2003 a aplicação de R\$ 4,5 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões destinados à habitação e R\$ 1,35 bilhão para saneamento.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) incorpora, definitivamente, a economia solidária como dimensão de um novo modelo de desenvolvimento, no bojo de um novo conceito do mundo do trabalho, que defende a universalização dos direitos trabalhistas. Uma interlocução democrática e qualificada foi estabelecida com setores da sociedade que, tradicionalmente, são excluídos e têm baixa representatividade na definição de políticas públicas: desempregados, autônomos, pequenos produtores rurais e urbanos, trabalhadores informais e redes de economia solidária.

O Fórum Nacional do Trabalho (FNT), antiga reivindicação dos movimentos sociais, foi instaurado e, juntamente com os fóruns estaduais, vem discutindo as ações do MTE sob a ótica da constituição de um novo sujeito social e contribuindo para um amplo diálogo nacional em torno da reforma sindical e trabalhista. O envolvimento direto de cerca de 300 pessoas, distribuídas em sete grupos temáticos, na plenária e nas comissões de sistematização, e mais de 8 mil que estiveram presentes nas 27 conferências estaduais apontam para a via democrática e o potencial da negociação. Quem conduz esse diálogo são as representações dos atores do mundo do trabalho e o desafio é promover a construção do consenso pela via da negociação. Nesse sentido, a inversão da pauta de discussão foi um importante avanço: primeiro será formulada a reforma sindical e depois a trabalhista. Importantes consensos já foram logrados: reconhecimento das centrais sindicais como organização de representação dos trabalhadores, obrigatoriedade da negociação e publicidade do processo de negociação coletiva, que, por sua vez, não poderá ser cerceada pela lei.

O lançamento do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) buscou dar novas bases à política de qualificação profissional, entendida como direito e condição para a garantia de trabalho decente para homens e mulheres. O PNQ pretende articular a qualificação com as demais políticas públicas de trabalho e renda e com as políticas de desenvolvimento, garan-

tindo mecanismos de participação e controle social. Nesse sentido, os novos convênios firmados em 2003 com estados e municípios para execução do PNQ já estiveram orientados pelo propósito de recuperar, nas ações de qualificação apoiadas pelo MTE, o caráter de política pública integrada ao desenvolvimento territorial.

Cumprir destacar que o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo foi lançado em março de 2003 com articulação de atores governamentais e não-governamentais. Maior número de denúncias, prioridade no atendimento das delegacias e ação mais incisiva do Grupo Especial de Fiscalização Móvel ampliaram a efetividade da fiscalização de norte a sul do país. Em menos de um ano foram libertados 4.806 trabalhadores mantidos em regime de escravidão e trabalho degradante, quase o dobro de 2002. Após serem libertados, foram distribuídos cerca de R\$ 5,9 milhões em verbas rescisórias e documentação para se cadastrarem no Sine, habilitando-os a receber o seguro-desemprego, que passou a ser pago neste ano para os libertos. Esses resultados fundamentam a emergência de aprovação da PEC que expropria terras com comprovada exploração do trabalho escravo.

O Programa Primeiro Emprego foi implementado a partir da sanção da Lei 10.748, de 22 de outubro de 2003, e já está sendo operado em todas as capitais. A meta é atender, em um ano, 250 mil jovens já inscritos no Sine. Sete Consórcios da Juventude estão sendo implantados em Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Goiânia e ABC paulista, garantindo participação da sociedade civil na implementação do programa e viabilizando mecanismos para atendimento de segmentos da população jovem com maior dificuldade de acesso ao trabalho. Na modalidade de estímulo à responsabilidade social, apenas no primeiro mês de vigência do programa, cerca de 22 mil vagas foram oferecidas por grandes empresas que dispensarão subvenção econômica. No tocante à preparação de jovens para o primeiro emprego, duas ações importantes estão em andamento: o Serviço Civil Voluntário, em parceria com os estados, que possui meta de qualificar 5 mil jovens até junho de 2004 e colocar, no mínimo, 20% deles no mundo do trabalho e a qualificação de 16 mil jovens interessados em desenvolver o empreendedorismo, no âmbito do Proger Jovem Empreendedor, por meio de curso de 80 horas e elaboração de Plano de Negócio a ser implantado com financiamento do FAT (R\$ 100 milhões).

Os primeiros passos foram dados, mas a equipe do MTE tem convicção de que há muito mais a ser feito. Não se altera um cenário de exclusão histórica em 12 meses. Nesse período estivemos revendo ações e construindo novas políticas, que pretendemos sejam as bases para a inclusão pela via do trabalho, parte inerente da orientação estratégica de buscar o desenvolvimento econômico com inclusão social.

2. Os dados apresentados a seguir foram atualizados em novembro de 2003.